



**ACÓRDÃO Nº807/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11260/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tabatinga.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** João Carlos Pereira dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho OAB/AM 9967, Yago Gosztonyi OAB/AM 10415, Rogério Kolenda Lemos dos Santos OAB/AM 7199
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3034/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tabatinga. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Determinação.  
Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tabatinga, referente ao exercício 2017, sob a responsabilidade do Senhor **João Carlos Pereira dos Santos**, Presidente e ordenador de despesa, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea *b* da Lei n. 2423/96 – LO/TCE e do art. 188, §1º, III, alínea *b* da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. **João Carlos Pereira dos Santos** no valor de **R\$20.000,00** (vinte mil reais), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, atualizada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes nos itens 3, 4, 6, 7, 9, 10 e 14 (subitens 14.1, 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7, 14.8, 14.9, 14.10 e 14.11) da fundamentação do Relatório/Voto;



**ACÓRDÃO Nº807/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Determinar à Câmara Municipal de Tabatinga que:**

**10.3.1.** Busque por todos os meios legalmente aceitos o cumprimento do previsto no inciso XXI, art. 1º da Resolução n. 006/2009-TCE/AM (item 1 da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.3.2.** Atente-se com rigor a exigência do inciso XVI, do art. 1º da Resolução n. 06/2009-TCE/AM quando das próximas prestações de contas anuais (item 2 da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.3.3.** Atente-se com rigor ao controle e registro de entrada e saída de materiais, em cumprimento ao princípio da eficiência (art. 37 da CF/88) e aos arts. 94, 95, 96 da Lei n. 4.320/64 (item 6 da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.3.4.** Atente-se com rigor ao devido inventário dos bens patrimoniais existentes na câmara municipal, como também a criação de um departamento ou designação de servidor responsável pela guarda dos bens patrimoniais, em atenção ao previsto no artigo 94, 95 e 96 da lei n. 4.320/64 (item 7 da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.3.5.** Tome as providências necessárias para a criação de controle interno na Câmara Municipal, em atenção as exigências contidas nos arts. 31, caput 70 e 74, caput, incisos e §1º, da CF/88, arts. 39 e 45, da CE/89, art. 76, da Lei n. 4.320/64, art. 59, da LC n. 101/2000, arts. 43 à 47, da Lei n. 2.423/96 e Resolução n.09/2016-TCE/AM (item 9 da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.3.6.** Atente-se com rigor ao cumprimento das disposições da LC n. 131/2009 e seu regulamento, Decreto n. 7.185/2010, em relação a atualização do portal de transparência (item 10 da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.3.7.** Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 2º da Resolução n. 163/2017 da Câmara Municipal de Tabatinga, e aos princípios da eficiência, publicidade e transparência, tome as providências necessárias para execução de um controle interno eficiente das verbas de gabinete (item 14 da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Tabatinga, cuja prestação em exame estava sob a responsabilidade do Sr. João Carlos Pereira dos Santos, que:**



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº807/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.4.1** Priorize a efetivação dos pagamentos de verba de gabinete aos vereadores por meio de instituição financeira, por se tratar de meio mais seguro e mais atualizado para este fim (item 12 da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.4.2** Busque aprimorar o sistema de prestação de contas de diárias, com um controle efetivo que busque orientar e exigir dos parlamentares a devida comprovação do interesse público relativo aos gastos com diárias (item 5 da fundamentação do Relatório/Voto).

**10.5. Determinar à SECEX** que inclua no escopo da próxima Comissão de Inspeção que irá fiscalizar a Câmara Municipal de Tabatinga, a averiguação quanto ao cumprimento das determinações contidas no Relatório/Voto e na decisão a ser exarada pelo Egrégio Tribunal Pleno (item 3, subitens 3.1 a 3.7 supra), devendo ser encaminhada pela SEPLENO à SECEX as cópias do Relatório/Voto do relator e do decisório do Tribunal Pleno.

**11- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 12 de Agosto de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado e Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição